

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

INGRID BROERING

**DITADURA GAY: RECORTE SOBRE O ATIVISMO HOMOSSEXUAL NA  
DITADURA BRASILEIRA (1978-1981)**

FLORIANÓPOLIS  
2018

INGRID BROERING

**DITADURA GAY: RECORTE SOBRE O ATIVISMO HOMOSSEXUAL NA  
DITADURA BRASILEIRA (1978-1981)**

Trabalho de conclusão de curso para obtenção  
de título de bacharel e licenciatura em História  
pela Universidade Federal de Santa Catarina,  
sob a orientação da Profa. Dra. Janine Gomes  
da Silva

FLORIANÓPOLIS  
2018



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Curso de Graduação em História

### ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às 09 horas e 00 minutos, no LEGH, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>: Janine Gomes da Silva (Orientador(a) e Presidente); Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>: Ana Maria Veiga (Titular); Camila Diane Silva (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 28/HST/CFH/2018, a fim de arguirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da Acadêmica Ingrid Broering, intitulado: **“Ditadura Gay: recorte sobre o ativismo homossexual na ditadura brasileira (1978-1981)”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, a Acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>: Janine Gomes da Silva, nota 8.0, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>: Ana Maria Veiga, nota 8.0, Camila Diane Silva, nota 8.0, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 8.0. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 04 de julho de 2018. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 28 de junho de 2018

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>: Janine Gomes da Silva (Orientador(a))

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>: Ana Maria Veiga (Titular)

Camila Diane Silva (Suplente)

Ingrid Broering (Acadêmica)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que a acadêmica **Ingrid Broering**, matrícula n.º **13101876**, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **Ditadura Gay: Recorte sobre o ativismo homossexual na ditadura brasileira (1978-1981)**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 03 de julho de 2018.

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como "Jomara Gomes da Silva".

---

Orientador(a)

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Broering, Ingrid

DITADURA GAY: RECORTE SOBRE O ATIVISMO HOMOSSEXUAL NA  
DITADURA BRASILEIRA (1978-1981) / Ingrid Broering;  
Orientadora, Janine Gomes da Silva, 2018.  
43 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. História. 2. Homossexualidade. 3. Ditadura Militar. 4. Lampião da Esquina.  
I. Gomes da Silva, Janine. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que lutaram e lutam pelo direito de viver livremente.

## **AGRADECIMENTOS**

Quando comecei a pensar nos agradecimentos as primeiras pessoas que me vieram a cabeça foram meus pais e minha irmã. Quero agradecê-los por sempre me apoiarem e serem tão amáveis e incríveis. Vocês me inspiram a ser uma mulher cada vez melhor.

Quero agradecer imensamente à minha irmã de coração, Catharina Gil. Sem ela nada seria possível. Cath, muito obrigada por sempre estar ao meu lado, por ser tão maravilhosa, pelas madrugadas me ouvindo falar sobre o TCC e por nunca desistir de mim. Juntamente com ela, quero agradecer à Fabíola e o Júnior, que tanto me ajudaram, incentivaram e tiveram um carinho e paciência imensos comigo em minhas crises na reta final do trabalho.

Um muito obrigada imenso e especial a minha orientadora Janine Gomes da Silva, que me aceitou de volta. Obrigada por toda a dedicação, paciência e carinho. E a Ana Maria Veiga, que me acolheu quando a Janine teve que se ausentar. Eu me sinto uma pessoa de sorte por ter tido essas duas mulheres incríveis ao meu lado nesta jornada.

Ao pessoal da Peixe Urbano o meu agradecimento, principalmente ao Pedro Henrique Barroso, que me ajudou de uma forma que não há palavras para agradecer, e que lembrarei com muito carinho eternamente, meu coordenador Adriano Vellasco, pela compreensão, carinho e amizade, e ao Lucas Molessani, pelas conversas e desabafos, seja na copa da empresa, ou na mesa do barzinho.

Aos meus amigos, amigas e colegas de graduação da turma 2013.1, em especial a Thais Machado, Daniele Hackenhaar e Guilherme Pagnoncelli, por sempre me questionarem e me incentivarem a seguir em frente.

*"Também, os chamados minoritários, idem os marginalizados, econômica e socialmente, têm o direito de exigir soluções para os seus problemas, dos quais eles são o resultado e não a causa"*

*Darcy Penteado –  
O Lampion da Esquina, ed.5, p. 2, 1980.*

## RESUMO

BROERING, I. (2018). **Ditadura Gay: Recorte sobre o ativismo homossexual na ditadura brasileira (1978-1981)**. Florianópolis, 2018. 43p. Monografia. Curso de Licenciatura e Bacharel em História. Universidade Federal de Santa Catarina.

O presente trabalho buscou identificar a luta da comunidade LGBTQ+ para se firmar dentro da sociedade durante a ditadura militar brasileira, bem como a importância do jornal *Lampião da Esquina* dentro do ativismo homossexual. Realizou-se também uma análise crítica das ações da comunidade LGBTQ+ ao lutar contra a ditadura, além da evolução para o estabelecimento de sua nomenclatura atual. Através da análise de editoriais do jornal, também foi possível analisar as pautas que ainda permanecem dentro da comunidade e as lutas que continuam sendo travadas desde as décadas de 1970 e 1980, apesar dos contextos diferentes.

Palavras-Chave: Homossexualidade; Ditadura Militar; Lampião da Esquina; Editoriais.

## ABSTRACT

BROERING, I. (2018). **Gay Dictatorship: Clipping about homosexual activism in the Brazilian dictatorship (1978-1981)**. Florianópolis, 2018. 43p. Monograph. Graduation and Bachelor's Degree in History. Federal University of Santa Catarina.

The present work sought to identify a community of the LGBT + community to establish itself within society during a Brazilian military dictatorship, as well as an importance for the *Lampião da Esquina* newspaper within homosexual activism. An analysis of the actions of the LGBT + community against the dictatorship, as well as the evolution towards the establishment of its current nomenclature, was also carried out. Through analysis of periodicals, it was also possible to analyze the opportunities that still exist within the community and other forms of thought such as the 1970s and 1980s, despite different contexts.

Keywords: Homosexuality; Military dictatorship; Lampião da Esquina; Editorials.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Capa da edição número 0 do Lampion da Esquina.....	16
FIGURA 02 - Apresentação do conselho editorial na edição número 0 do Lampion da Esquina.....	18
FIGURA 03 - Capa da edição nº14, referente a julho de 1979.....	26
FIGURA 04 - A faixa carregada pelo grupo SOMOS no Primeiro de maio de 1980.....	27
FIGURA 05 - Editorial da edição nº 23, de abril de 1980.....	29

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional Número Cinco
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID 10)	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CNDH	Conselho Nacional dos Direitos Humanos
FLHA	Frente de Libertação Homossexual da Argentina
GLBTT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros
LGBTs	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, e mais, como Intersexo, Assexuais/Arromntiques/Agnero, Pan/Poli
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
2 OS EDITORIAIS E A LUTA .....	16
2.1 O pioneirismo do Lâmpião e o Grupo SOMOS .....	16
2.2 O Lâmpião no seu tempo .....	27
3 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS .....	29
3.1 As pautas que permanecem .....	29
3.2 A transição de “Movimento Gay” para LGBTQ+ .....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	39
FONTES.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	41

## INTRODUÇÃO

Desde a época em que o Brasil era colônia de Portugal – até os dias atuais, a comunidade LGBTQ+<sup>1</sup> sofre violências em suas variadas formas<sup>2</sup>. Com passar dos anos essa violência foi sendo reformulada: tanto a forma como é praticada, quanto seus “praticantes”. Grupos religiosos, políticos e sociais, estão inclusos na lista. Entretanto, é notável que nos regimes ditatoriais essas pessoas ganham maior “visibilidade”, que, em raríssimas vezes, é benéfica. Visibilidade essa que acarretou, por exemplo, em pessoas sendo presas e violentadas apenas por não se encaixarem nos padrões da sociedade.

Esta reclusão e violência vinham de ambos os lados – a esquerda também segregava os homossexuais, e afetava pessoas de todas as classes, como o caso dos parlamentares que perderam seus cargos por conta de sua orientação sexual, indo até os operários do ABC e as travestis das ruas.

Em contrapartida, temos a junção de pessoas que deram origem a dois meios que lutaram pela busca por direitos e melhoria na qualidade de vida desta comunidade; o jornal *Lampião da Esquina*, e o grupo *SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual*. O *Lampião* fazia parte de um movimento jornalístico que surgiu durante a ditadura, que ficou conhecido como “*imprensa alternativa*”.

A imprensa alternativa veio para contrapor a imprensa tradicional, como indica Peruzzo (2006, p.7), que se alinhava à ditadura, seja por realmente concordar, ou pela repressão ligada à censura. Os jornais em geral tinham formato de tabloide, e eram vendidos em bancas ou por assinatura. Geralmente escritos por intelectuais, pequenos burgueses e jornalistas ligados à esquerda, estes jornais tinham vários segmentos: podiam fazer críticas à ditadura (*Opinião*), ser voltados às mulheres (*Mulherio*), aos indígenas (*Porantim*), aos homossexuais (*Lampião da Esquina*), ou aos sindicalistas (*Tribuna Metalúrgica*), entre outras possibilidades.

Para mim, há uma frase de Michel Foucault (2002, p.10) que define bem a trajetória do *Lampião da Esquina*, e também embasa a análise que faço de sua narrativa: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas

<sup>1</sup> A organização do primeiro movimento foi sob a sigla GLBTT, a qual indicava, neste primeiro momento, somente Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros.

<sup>2</sup> Quando o Brasil era colônia de Portugal, os homossexuais eram chamados de sodomitas, que faz referência a cidade de Sodoma, e eram condenados a fogueira (GREEN, 2000, p. 276).

de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”. Nela, Foucault nos mostra que o discurso não é aquilo que falamos, mas sim o motivo pelo qual lutamos. Para mim, *Lampião da Esquina* tece exatamente esta definição. Ele não foi um simples meio de comunicação, ele foi uma luta, um empoderamento para a comunidade LGBTQ+ nas décadas de 1970 e 1980, pois trouxe uma nova imagem da comunidade. O fato de ser um jornal que trazia notícias e denúncias, mostrava que essas pessoas não eram aqueles “sodomitas” e “pederastas” que a sociedade em geral recriminava, mas que eram uma comunidade concisa, com sujeitos/as como os/as demais, com problemas e reivindicações reais.

Magalhães (2005) aponta a linguagem como prática social, considerando como objetivo da análise do discurso o debate teórico e metodológico.

Dessa forma, a presente pesquisa caracteriza-se como um levantamento bibliográfico a partir de uma análise do discurso, a qual, segundo Magalhães (2005, p. 7), possui "uma preocupação explícita com o exercício do poder nas relações sociais, o que inclui as relações de gênero e classe social, como também as relações entre as raças e as etnias".

De acordo com Nogueira (2001, p. 19), a linguagem não se caracteriza apenas como código para comunicação, mas também como parte do processo de pensamento e compreensão.

Visto que o *Lampião da Esquina* adota uma linguagem com função de construir uma realidade social, é possível compreender a prática discursiva do jornal como uma genuína prática social.

A descrição de Nogueira (p. 22) da concepção da Análise do Discurso como um "estudo da 'fala' e de textos" sintetiza o próprio propósito desta investigação acerca das pautas veiculadas pelo *Lampião da Esquina* durante a Ditadura Militar e as que permanecem dentro do movimento.

A Análise Crítica do Discurso, segundo a autora (NOGUEIRA, 2001, p. 25), "procura igualmente padrões, mas dentro de contextos mais amplos, associados a questões societais ou com a cultura." Ainda de acordo com ela,

Esta abordagem toma frequentemente em atenção as origens históricas e a natureza social do mundo “tal como ele existe”. A controvérsia é a base desta quarta abordagem, porque envolve o estudo do poder e da resistência, da contestação e da luta. A assunção básica é que a linguagem que está disponível para as pessoas utilizarem permite e constrange, não só e apenas a expressão de ideias, mas também aquilo que as pessoas

fazem. É através da linguagem que as pessoas são categorizadas, são segregadas, consideradas diferentes, “anormais “doentes”, sendo que a própria linguagem dá valor atribuindo existência ou negando essas categorizações. (NOGUEIRA, 2001, p.28-29).

No caso do ativismo homossexual, encontram-se os termos que alguns grupos e o próprio *Lampião da Esquina* buscam disseminar, em detrimento de outros, e a nomenclatura que identifica o grupo, a qual sofrerá várias mudanças a partir dos contextos diferentes que buscam construir um novo sentido para os vários acontecimentos envolvendo as questões de sexualidade e gênero.

Os Discursos, como aponta Conceição Nogueira (2001, p.27), “não refletem ou representam só entidades e relações sociais, eles constroem-nas ou constituem-nas. Diferentes combinações de Discursos relativos a mudanças sociais específicas, produzem um novo e complexo Discurso”.

Dessa forma, tudo o que fornece significado pode "sugerir a presença de um ou mais Discursos" e, "como parece não haver nenhum aspecto da vida humana que esteja isento de significado, tudo o que nos rodeia pode ser considerado "textual" de tal modo que a "vida como texto" se pode considerar a metáfora subjacente à abordagem do Discurso" (BURR, 1995, apud NOGUEIRA, 2001, p. 29).

O *Lampião da Esquina* possui 41 edições publicadas, sendo que 3 destas foram veiculadas como edições extras. Para a presente análise, utilizou-se os editoriais da Edição 00 (Abril/1978), Edição 01 (Maio-Junho/1978), Edição 02 (Junho-Julho/78), Edição 03 (Julho-Agosto/78), Edição 04 (Agosto-Setembro/1978), Edição 05 (Outubro/1978), Edição 06 (Novembro/1978), Edição 07 (Dezembro/1978), Edição 08 (Janeiro/1979), Edição 09 (Fevereiro/1979), Edição 10 (Março/1979), Edição 11 (Abril/1979), Edição 12 (Maio/1979), Edição 13 (Junho/1979), Edição 14 (Julho/1979), Edição 15 (Agosto/1979), Edição 16 (Setembro/1979), Edição 17 (Outubro/1979), Edição 18 (Novembro/1979), Edição 19 (Dezembro/1979), Edição 20 (Janeiro/1980), Edição 21 (Fevereiro/1980), Edição 22 (Março/1980), Edição 23 (Abril/1980) e Edição 24 (Maio/1980).

Após o fichamento de todos os editoriais do *Lampião da Esquina*, foram escolhidos apenas sete números para análise criteriosa, são eles: Edição 00 (Abril/1978), Edição 02 (Junho-Julho/78), Edição 10 (Março/1979), Edição 12 (Maio/1979), Edição 14 (Julho/1979), Edição 23 (Abril/1980) e Edição 28 (Setembro/1980), pois estas abordavam os temas que pretendia trazer nesta

monografia. Com isso, realizou-se a argumentação entre o apurado e as fontes bibliográficas reunidas aqui e pormenorizadas nos capítulos 1 e 2. O recorte temporal se deu em virtude dos anos de circulação da fonte de pesquisa, o jornal *Lampião da Esquina*.

A persistência com a investigação do ativismo homossexual na ditadura através dos discursos editoriais do *Lampião da Esquina*, uma publicação pioneira (e polêmica) que surgiu em 1978, aconteceu principalmente após o encontro com James Green, especialista em estudos sobre homocultura brasileira e que foi participante do grupo SOMOS, em um debate vinculado ao 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2017.

A proposta desta monografia é, portanto, analisar o discurso do jornal *Lampião da Esquina*, sua importância como fonte histórica, seu pioneirismo, assim como as pautas que permanecem desde o período de circulação do *Lampião* até os dias atuais, e por fim mostrar a transição de movimento gay para movimento LGBTQ+. O motivo de trabalhar com esse assunto é a pouca produção historiográfica sobre o conteúdo, pensando o quanto seria interessante para a questão de gênero mais pesquisas acerca do assunto, já que o próprio *Lampião da Esquina* se lançou sem a presença de mulheres em sua equipe.

FIGURA 01 – Capa da edição número 0 do *Lampião da Esquina*

Fonte: Grupo Dignidade<sup>3</sup>

## 2 OS EDITORIAIS E A LUTA

### 2.1 O pioneirismo do Lampião e o Grupo SOMOS

No ano de 1978 o Brasil era governado pelo penúltimo general ditador: Ernesto Geisel, governo esse que foi de 1974 a 1979 e tinha como promessa a

<sup>3</sup> <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

abertura “lenta, gradual e segura”, como assinala Reis (2013, p.200). Nesta fase final da ditadura, a censura e a repressão já estavam reduzidas, e a abertura política já havia se iniciado em 1974 e Atos Institucionais como o AI-5 já estavam sendo revogados. É neste contexto que surge o *Lampião da Esquina*, um jornal da chamada imprensa alternativa, que tinha como diferencial falar sobre a comunidade gay.

De acordo com Ferreira (2012, p.3), “a *Imprensa Alternativa* [...] foi uma segmentação jornalística de caráter político, que transgredia a ideia mercadológica adotada pelos grandes veículos de comunicação do país”. O *Lampião da Esquina* (1978a, editorial, p.2), como parte deste tipo de imprensa, não visava lucro, mas sim informar e resgatar “o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal”, além de deixarem claro não querer apenas se assumir e serem aceitos.

A ideia do jornal surgiu quando, no final do ano de 1977, o editor do *Gay Sunshine* (EUA), Winston Leyland, veio ao Brasil em busca de contos para uma literatura gay latino-americana, juntando-se com editores brasileiros. Estes editores iriam lhe entrevistar para o jornal o Pasquim, mas a ideia lhes empolgara tanto que resolveram se reunir a outros editores e criar um jornal brasileiro sobre a temática, trazendo temas mais sérios e dando voz a essa “minoría”. Fugindo da ideia pornô-erótico homossexual e em estilo tabloide, o *Lampião da Esquina* trazia assuntos como entrevistas, denúncias, reportagens, dicas sobre peças teatrais, livros e filmes, cartas de leitores, além de ensaios e textos literários.

O conselho editorial era composto apenas por homens, eram eles: “Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antonio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, João Antonio Mascarenhas, o pintor Darci Penteado, o crítico de cinema Jean-Claude Bernardet, o escritor e cineasta João Silvério Trevisan e o antropólogo Peter Fry” (MACRAE, 1990, p.73-74).

A falta de mulheres no editorial do *Lampião* não foi proposital, e Aguinaldo Silva explica isso dentro da edição número 0 do jornal:

A ausência de mulheres em LAMPIÃO não é, fique bem explicado, por culpa do seu conselho editorial; convites não faltaram, todos recusados, mas nossas colunas continuam à disposição. Uma das questões que este jornal pretende levantar é a do feminismo e, pelo menos quanto a este tema específico, as mulheres homossexuais não podem se furtar; no caso das

mulheres, a discriminação é bem mais complexa, e independe de suas preferências sexuais. (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978a, editorial, p.5).

FIGURA 02 – Apresentação do conselho editorial na edição número 0 do *Lampião da Esquina*

OPINIÃO

**LAMPIÃO**

## Saindo do Gueto

**Conselho Editorial:** Adão Acosta, Aginaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteadado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernadet, João Antônio Mascarenhas, João Sívrio Trevisan e Peter Fry.

**Coordenador de edição:** Aginaldo Silva.

**Editores:** Darcy Penteadado, João Sívrio Trevisan, Francisco Bittencourt, Clóvis Marques, Adão Acosta, João Antônio Mascarenhas e Gasparino Damata.

**Colaboradores:** Agildo Guimarães, Frederico Jorge Dantas, Alceste Pinheiro, Igori Araújo, Billy Adelle, Luis Carabro (Rio), José Feres Barrozo Filho, Paulo Augusto (Niterói), Amílton Almeida (Vitória), Gláucio Matos (São Paulo), Gilmar de Carvalho (Fortaleza), Cao Fernando Abreu (Porto Alegre).

**Arte:** Ivan Joaquim, Mem de Sá.

**LAMPIÃO** é uma publicação de *Lampião*, Editora de Livros, Revistas e Jornais.

Endereço: Caixa Postal 41031, ZC-09 (São Tereza), Rio de Janeiro - RJ.

**B**rasil, marco de 1978. Ventos levíssimos sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticiou promessas de um Executivo menos rígido, tata-se a criação de novos partidos, de artistas, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fale uma "abertura" do discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê?

**A** resposta mais fácil é aquela que a nós mostrará empunhando uma bandeira exótica ou "compreensível", cavando mais fundo as maralhas do gueto, embosando - ao "assumir" - a posição isolada que a Grande Consistência Homossexual reservou aos que não redam pela sua castidade, e que convivem à sua perseguição e ao seu funcionamento.

**N**ossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que escara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição que, em 500 anos, adormece e que sempre estorça, em qualquer tentativa de se realizar, mas amplamente enquanto ser humano, neste fator capital, seu sexo não é aquele que ele desejaria ter.

**P**ara acabar com essa imagem-padrão, *LAMPIÃO* não pretende sofrer a opressão recessa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definitiva da população brasileira, por camuflar suas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade penfocada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz.

**A** essa minoria, não interessam poéticas como as dos que, aderindo ao sistema - do qual se tornam apenas "botões da cor" - de claram-se por leito engano, livres de toda discriminação e com acesso a amplas oportunidades; o que *LAMPIÃO* reivindica em nome desta minoria, é não apenas se assumir e ser aceito - o que nós queremos e resgatar essa condição que todas as sociedades constituídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal.

**P**ara isso, estaremos manuseando em todas as bancas do País, falando da realidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, e mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, as minorias étnicas do "Cristão": abarco os guetos e o sistema idiosfáctico de guetos.

**F**alando da discriminação, do medo, dos instintos ou do silêncio, vamos também soar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar apontar a para questões que desembocam todas nesta realidade muito concreta: a vida de ferozmente milhões de pessoas.

**M**ostrando que o homossexual recluso para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais, que ele não quer viver em guetos, nem em que bandeiras que o estrangeira, que ele não é um eleito nem um maldito, e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psico-social da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, *LAMPIÃO* deixa bem claro o que vai orientar e sustentar: nós nos empenharemos em desnormalizar esse conceito que alguns nos querem impor - que a nossa preferência sexual possui intenção, responsabilidade em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos.

O Conselho Editorial

### Senhores do Conselho

**Aginaldo Silva** - Jornalista especializado em assuntos policiais, escritor (tem dez livros publicados), tem uma longa experiência na imprensa alternativa: colaborou com *Opinião* desde os primeiros números, e é um dos fundadores de *Movimento*.

**Antônio Chrysóstomo** - Jornalista especializado em música popular, escreveu, produziu e dirigiu vários shows. É um dos mais potentes críticos musicais do país.

**Clóvis Marques** - Jornalista e tradutor, faz crítica e cinema. Subeditor do *Guia de Filmes* publicado pela Embrafilme, é correspondente, no Brasil, de *Film Dope*, de Londres.

**Darcy Penteadado** - Artista plástico e escritor. Uma das figuras mais importantes do front cultural paulista, foi o primeiro intelectual brasileiro a defraudar publicamente a bandeira de luta contra a discriminação e o preconceito em relação aos homossexuais. Seu primeiro livro, *A Meta*, com histórias que

abordavam esse tema, foi um dos maiores sucessos editoriais do ano passado.

**Francisco Bittencourt** - Poeta, crítico de arte e jornalista, publicou dois livros de poemas. É membro da Associação Interacional de Críticos de Arte (Associação do Brasil), e colabora como crítico em vários jornais.

**Gasparino Damata** - Jornalista e escritor, com passagens pela diplomacia. Organizou duas antologias - *Histórias do Amor Maldito* e *Poemas do Amor Maldito* - que tinham o homossexualismo como tema.

**Jean-claude Bernadet** - Crítico de cinema, um dos teóricos do Cinema Novo, possui também uma longa experiência na imprensa alternativa. Um dos colaboradores mais ativos do *Opinião*, é um dos fundadores de *Movimento*.

**João Antônio Mascarenhas** - Advogado, jornalista e tradutor, abandonou a burocracia dos Minis-

térios da Educação e da Agricultura para formar a cadeia de "gente boa" que resultou na ideia de se publicar *LAMPIÃO*.

**João Sívrio Trevisan** - Crítico e escritor, é autor de um dos livros de contos mais elogiados do ano passado - *Testamento de Jônatas deixado a Davi*. Está escrevendo um romance destinado ao público juvenil, fruto de suas andanças pela América Latina.

**Peter Fry** - Nasceu em Liverpool, Inglaterra, e formou-se em Cambridge. Após um período como antropólogo na Rodésia, voltou à Inglaterra, onde fez doutorado na Universidade de Londres, que o contratou depois como professor. Em 1970 veio para o Brasil, contratado pela Universidade de Campinas, onde está até hoje. Tem pesquisado sobre as religiões afro-brasileiras e pretende escrever sobre a sexualidade no Brasil.

PÁGINA 2 LAMPÍÃO

Fonte: Grupo Dignidade<sup>4</sup>

Esse cenário só é alterado em 1979, quando na edição 10 do jornal Aginaldo Silva, novamente, convoca as mulheres para fazerem parte do *Lampião*. O convite se deu após uma matéria de quatro páginas que o jornal *O Repórter* fez com o título "Lésbicas metem o pau na repressão". Para Silva, a reportagem é superficial e preconceituosa, já que sua conclusão passa a ideia que as homossexuais são fúteis e alienadas. Ele também critica as homossexuais que concederam as entrevistas ao *O Repórter*, um jornal "normal", já que afirma que "do *Lampião* elas vivem fugindo".

<sup>4</sup> <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

Para finalizar, ele faz um convite, na verdade, quase uma intimação, para que elas escrevam uma matéria, que será publicada sem sofrer alterações ou cortes.

Logo na edição seguinte é visto o resultado do convite de Aginaldo Silva. O editorial 11 faz um apontamento ao editorial da edição passada, por Aginaldo Silva, que afirma que não quer uma matéria feita por homens acerca do lesbianismo, mas por uma mulher ou várias. A intenção é que as mulheres não aceitem ou se silenciem perante sua situação, mas o oposto, que partam para a conquista de cada espaço que lhe é reservado. Por isso ele reassegura que sua grosseria na edição anterior funcionou, já que não haviam publicado nada de importante sobre as mulheres, pois se recusavam a adotar a postura paternalista da sociedade falando em nome delas, e, agora, as mulheres procuraram a edição do *Lampião* e elaborarão uma reportagem a ser publicada no próximo número. Ele finaliza dizendo que as mulheres têm mesmo que se movimentar.

O *Lampião da Esquina* não foi o primeiro jornal homossexual a surgir no Brasil, porém, foi o primeiro neste formato, com reportagens e matérias informativas. Em entrevista feita por Leila Miccolis, dada à edição nº 28 do *Lampião*, Anuar Farah, Agildo Guimarães e Marcelo do Auê falam do surgimento da “imprensa gay”, assim como os jornais anteriores ao *Lampião*:

Se a maioria de seus textos versavam sobre amenidades e badalações sociais, também havia indicações culturais, reportagens, classificados, charges, concursos de contos, poemas, roteiros gays, textos transcritos de jornais ou revistas da grande imprensa, assinados por Darcy Penteado, Antônio Bivar, e outros. (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1980b, editorial, p.2).

Anteriores ao *Lampião da Esquina*, a partir da década de 1960, havia as publicações *Le Femme*, *O Centauro*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *20 De Abril*, *Gay Press Magazin*, *Eros*, *O Vic*, *Darling*, *Gente Gay*, *O Snob*, *La Saison*, *O Centro*, *O Grupo* e o *Subúrbio à Noite*, no Rio de Janeiro.

Em Niterói havia o *Opinião*, *Os Felinos* e *O Mito*. Em Campos, o *Le Sophistique* e na Bahia, *O Tiraninho*, *Fatos e Fofocas*, *O Gay*, *Baby*, *Little Darling*, *Zéfiko*, *Ello* e o *Gay Society*.

Sua primeira edição (do *Lampião*) contava com 16 páginas, divididas entre a capa, que trazia manchetes-denúncia, e as colunas: Opinião, Ensaio, Esquina, Reportagem, Literatura, Tendências e Cartas na Mesa. E mesmo trazendo um conteúdo mais sério, logo, sendo pioneiro neste tipo de jornalismo dentro da

“imprensa gay”, de forma alguma as outras publicações homossexuais devem ser consideradas inferiores ou fúteis, pois passaram por tantas dificuldades quanto o *Lampião da Esquina* para afirmarem-se na sociedade, inclusive tendo uma sociedade ainda mais fechada para o assunto quanto a que o *Lampião* teve durante seu tempo de militância.

Uma curta nota no editorial de número 10 do *Lampião* chama a atenção para algo que, por mais que seja comum durante o período ditatorial, e por mais que seja algo negativo, traz certa reflexão positiva: fora aberto um inquérito contra o jornal. O primeiro ponto que notei ao começar a ler este editorial é a coluna na qual se encontra, está na coluna Esquina, e não na coluna Opinião, como os outros editoriais aqui analisados. Não encontrei nada que explicasse o motivo para tal mudança.

Fernando Morais, deputado estadual eleito pelo MDB paulista e vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (ele é o autor do best-seller *A Ilha: quem não leu, trate de comprar*), também mandou seu depoimento sobre os percalços que LAMPIÃO vem enfrentando nos últimos meses. Infelizmente não chegou a tempo de ser publicado em nosso número anterior, mas a gente não podia dispensá-lo, já que Fernando vai fundo e certo bem no centro da questão. Fala, Fernando Morais:

- O inquérito aberto pelo Ministério da Justiça contra o jornal LAMPIÃO e seu corpo editorial só vem revelar, uma vez mais, o caráter autoritário e antidemocrático do governo brasileiro. Só nos surpreende que esse tipo de repressão à liberdade de expressão ocorra no momento em que o atual e o futuro governo acenam com as mesmas promessas de sempre: "abertura", "redemocratização" e "institucionalização".
- O pretexto utilizado para abertura do inquérito - segundo o qual o jornal atentaria contra a moral e os bons costumes -, além de batido e cansativo, não resiste à mais superficial análise. O que de fato o governo pretende é calar mais uma voz da imprensa independente, cujo único crime é procurar refletir sobre a dramática realidade em que vivem hoje os brasileiros.
- Como cidadão, como jornalista e como parlamentar da oposição, sou solidário com LAMPIÃO e com seus redatores na luta que não é só deles, mas de toda a população - a luta por ampla liberdade de expressão e manifestação.

(LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979a, p.2)

A reflexão positiva que me ocorreu foi: se um inquérito fora aberto, é porque, de alguma forma o conteúdo propagou-se ao ponto de alcançar visibilidade, mesmo que, neste caso, negativa. Se chegou para estes tipos de pessoas, pressupõe-se que teve um grande alcance dentro do público alvo também. Logo, o objetivo foi atingido. Ao analisar o momento histórico, principalmente cronologicamente falando, realmente este tipo de justificativa – atendado à moral e os bons costumes – já estava batida e cansativa, afinal, os anos de abertura e redemocratização já deveriam estar em vigor há pelo menos 5 anos. Contudo, ao analisarmos a História hoje, sabemos que durante do governo Geisel as pessoas ainda eram torturadas nos porões da ditadura<sup>5</sup> e que a abertura política não passava de uma falácia.

É isso que Moraes quer dizer quando afirma que “o inquérito aberto pelo Ministério da Justiça contra o jornal *Lampião* e seu corpo editorial só vem revelar, uma vez mais, o caráter autoritário e antidemocrático do governo brasileiro” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979b, p.2).

Assim como a reflexão citada acima, é interessante também notar como cada vez mais políticos assumem frentes em lutas de grupos que não são seus, apenas em prol da liberdade de expressão e da abertura. É perceptível que este tipo de discurso se refere à definição de Foucault (2002) sobre discurso, quando o mesmo cita que o discurso é a luta que queremos travar, não apenas sobre o que lutamos. Nesta fala do deputado Moraes, vemos que defender o *Lampião* também era defender o fim do regime ditatorial, era defender a abertura política e uma sociedade mais igualitária.

Além do *Lampião*, que exercia um incrível papel como meio de comunicação no Rio de Janeiro, tínhamos, nesta mesma época em São Paulo, um grupo que buscava lutar pelos homossexuais e a história deste grupo é contada no 12º editorial do *Lampião da Esquina*.

Em 1976, dois anos antes do *Lampião* entrar em circulação, um grupo de pessoas resolveu se reunir a fim de discutir os problemas que permeavam a comunidade gay paulistana. Porém, esta união não deu certo, pois cerca de 70% do grupo não se reconhecia como normal ou achava vergonhoso ser gay, desejando ter

---

<sup>5</sup> Usa-se essa expressão pois os presos políticos eram torturados nos porões das delegacias de polícia espalhadas pelo país.

família com esposa e filhos, apenas para seguir a normatividade social<sup>6</sup>. Desta forma, a primeira tentativa foi um fracasso dentro de poucos meses.

Concomitante com o surgimento do *Lampião da Esquina* – abril/1978 –, em maio de 1978 foi efetuada uma segunda tentativa, desta vez pensando em sair da mesmice dos bares, boates, cinemas, saunas e calçadas, lugares clássicos de encontros e diversão e discutir assuntos mais sérios, como a própria sexualidade: “nesse período, procuramos alcançar uma identidade enquanto grupo social e recuperar a consciência individual, a partir da homossexualidade comum a todos” (LAMPIÃO DA ESQUINA, editorial, 1979b, p.2).

O início do grupo Somos foi dado com encontros semanais, que tinham em média 15 pessoas, porém com muita rotatividade de participantes, o que dificultava a busca por objetivos em comum, assim como uma linha de ação, mas, ao mesmo tempo, colaborava com o enriquecimento da mentalidade coletiva e enfraquecia a ideia de que todos eram iguais por serem homossexuais.

Outras dificuldades que surgiram é que havia uma quase clandestinidade no que estava sendo feito, o que é facilmente visualizado, visto que era um grupo de pessoas que fugiam do padrão social, e havia os próprios conflitos e problemas pessoais dos participantes.

James Green, em seu capítulo no livro do qual também é organizador, relata sobre a clandestinidade do grupo:

Somos não era uma organização “subversiva” tradicional e um alvo de uma repressão direta da Operação Bandeirantes, do DOI-Codi ou do DEOPS. Contudo, por ter resolvido enfrentar os preconceitos sociais com um projeto político, num momento em que a ideia da organização política de gays e lésbicas era incompreensível e inconcebível para a maioria, inclusive a maioria dos homossexuais, sob o contexto de uma abertura ainda precária, uma certa fragilidade se fez presente no grupo (GREEN, 2014, p. 188).

O ser homossexual não os torna iguais por inteiro e isto surpreendeu demais o grupo, que acreditava que até as vivências seriam as mesmas.

---

<sup>6</sup> De acordo com Butler, a normatividade social diz respeito a um poder simbólico, que às vezes acaba por encenado sem nunca de fato ser desempenhado de forma completa, comportando-se como “uma verdade mascarada” [...]. Assim, quem se enquadra nas normas estabelecidas por um modelo de conduta estabelecido como disciplinador por uma sociedade, são ditos normais e os que se desviam, são ditos como os anormais. Isso, de acordo com os autores, retrata uma situação forçada da norma sobre um poder de escolha.

Cedo percebemos que as experiências sexuais, as relações com o sexo oposto, o relacionamento familiar e profissional, a situação econômica e outros dados eram extremamente diversificados: não podíamos fazer generalizações a partir das vivências individuais. Embora elementares, essas primeiras verificações nos levaram a um processo de evolução dinâmico; sem atingirmos nenhum consenso, adquirimos melhor visão da diversidade dos problemas a enfrentar. (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979b, editorial, p.2).

Logo, por mais que não tenham conseguido definir ainda objetivos e ações, a percepção da pluralidade do grupo os fez perceber que os problemas também eram plurais.

Apesar de estarem tendo descobertas maravilhosas dentro do grupo e individualmente, estava na hora de decidir que tipo de política fariam e contra o que lutariam:

Queríamos, sem dúvida, propor uma maneira especificamente nossa de fazer política, rompendo possivelmente com as propostas autoritárias e patriarcais da esquerda tradicional. Muitos achavam que tínhamos contribuições específicas a apresentar, enquanto homos. Era fundamental desfazer o muro entre política e vida pessoal: nossas trepadas (nosso prazer) eram atos políticos e nossa atuação política (no sentido de mudança social direta) devia estar cheia da ternura que tínhamos aprendido fora e debaixo dos lençóis (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979b, editorial, p.2).

Desta forma, chegou-se à conclusão que o fato de eles discutirem política já era uma ação política, pois fugia de tudo que lhes era esperado pela sociedade machista e patriarcal. Além disso, abominavam a política estudantil, que para eles era mais uma busca por poder com base em demagogia e manipulação, do que uma luta por direitos (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979b, editorial, p.2).

Segundo o relato, depois de algum tempo a ideia de apenas discutir sexualidade e as vivências pessoais começou a se tornar cansativo, então, o grupo entrou no que seria sua segunda fase, que eu caracterizo como uma saída do casulo.

O grupo passou a ser mais formal e visualizado, a fazer grandes reuniões e participar de eventos e, nessa fase de mudanças, foram propostas divisões por subgrupos, os quais se reuniam individualmente e executariam tarefas e atividades de acordo com os interesses dos participantes.

Cada subgrupo tinha um coordenador, escolhido pelos participantes – os quais, muitas vezes, interagiam em mais de um grupo – e, esporadicamente os

subgrupos se reuniriam para apresentar resultados. Os subgrupos eram divididos, como aponta a 12ª edição do *Lampião da Esquina* (1979b, editorial, p.2), entre: “de ‘identificação’, de ‘estudos’, de ‘atuação externa’, de ‘serviços’, de ‘atividades artísticas’ e ‘expressão não-verbal’ - e desses, apenas os três primeiros passaram a funcionar regularmente”.

O grupo de “identificação” trabalhava da forma como o grupo em si sempre trabalhou: promovendo consciência pessoal e reforçando a identidade com base nos dados e vivências.

O de “estudo” vinha com a parte mais teórica da discussão, utilizando materiais textuais para embasar as pesquisas, assim como filmes e peças teatrais. Já o grupo de “atuação externa” fazia a ponte entre o grupo e as situações, pessoas e entidades externas, segundo a fonte, este era o subgrupo mais ativista do SOMOS.

Um evento muito importante para o grupo logo em seu início foi o debate sediado na USP em 8 de fevereiro de 1979. Este debate foi utilizado pelo grupo para exigir o espaço social que, segundo eles, estava sendo negado na luta pela transformação da sociedade.

Afirmamos a sexualidade como uma das liberdades democráticas e um dos direitos humanos a serem reis indicados - sem falsas prioridades impostas compulsoriamente, pois trata-se de incluir tais elementos numa análise mais global da sociedade (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979b, editorial, p.3).

Além disso, o evento contribuiu muito para a divulgação do grupo, principalmente entre as mulheres. Relata-se que em 1978, cerca de 4 mulheres tinham passado pelo grupo, e, após o evento na USP o número de mulheres no grupo equiparava-se ao de homens.

Esses números se davam por conta do machismo incrustado na sociedade, independente de orientação sexual, e do pouco espaço político que as mulheres tinham à época, e que graças a nós, mulheres, e nossa luta incessante, vem crescendo ao longo dos anos. O próprio *Lampião* (1978a) é um exemplo disto. Por mais que se afirmasse um jornal homossexual, que falava sobre as todas as “minorias”, como negros, mulheres, indígenas, era um jornal voltado ao público masculino. Em sua grande maioria, as matérias eram feitas de homens para homens.

O texto se encaminha para o final explicando a escolha do nome: SOMOS. A escolha se deu em fevereiro de 1979, em homenagem ao primeiro movimento de luta pelos direitos dos homossexuais da América Latina, a Frente de Libertação Homossexual da Argentina (FLHA), na qual SOMOS foi o nome de uma revistinha publicada por eles durante um curto período.

O movimento dissolveu-se antes mesmo da publicação do editorial analisado, por conta da ditadura argentina. Porém, este não foi o nome inicial do grupo, que foi fundado como Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, como Green (2014) ressalta.

A matéria termina com uma reflexão e descoberta fantástica, que evidencia todo o crescimento político e filosófico do grupo ao longo de seu percurso:

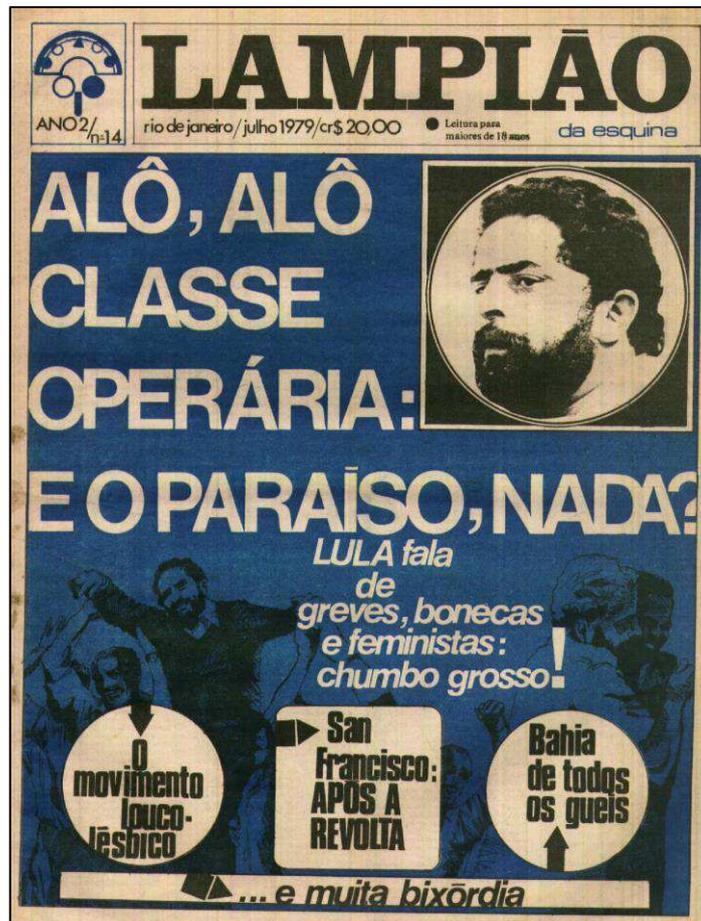
Descobrimos a repressão e o autoritarismo internalizados dentro de nós: por isso é mais fácil transar a revolução fora de nós do que dentro de cada um. Entre outras coisas, precisamos aprender a falar. Sobre nós mesmos, sobre nossa sexualidade, sobre nosso direito amplo e irrestrito à felicidade (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979b, editorial, p.3).

O grupo iniciou seus trabalhos em 1978 sem muita experiência política, apenas alguns membros como João Silvério Trevisan, Edward MacRae e James Green tinham tido contato com movimentos políticos e sociais, principalmente voltados ao movimento homossexual ou movimento gay, como era chamado, de acordo com Green (2014).

Além deles, outros membros que tiveram contato com movimentos políticos ligados às universidades, porém, traziam visões conservadoras e homofóbicas vindas dos movimentos estudantis, estas visões acabavam por assustar os novos membros, que tinham receio de este tipo de pensamento ter ligação com o grupo recém-criado.

Após a participação do grupo no debate da USP, como Green (2014) ressalta, muitos ativistas de uma nova geração aderiram ao grupo, então, o que era um movimento baseado em experiências pessoais e aceitação da sexualidade, passou a uma proposta mais politizada.

FIGURA 03 – Capa da edição nº14, referente a julho de 1979



Fonte: Grupo Dignidade<sup>7</sup>

Em 1980, durante a greve geral do setor metalúrgico e a intervenção dos militares nos sindicatos do ABC paulista, ocorreu o Primeiro de Maio, em São Bernardo do Campo, onde uma passeata movimentou as ruas da cidade.

Participaram também cinquenta gays e lésbicas, membros do grupo SOMOS, que carregavam duas faixas de escrita grande com as frases: “Contra a intervenção nos sindicatos do ABC” assinada pela “Comissão de Homossexuais Pro-1 de maio” e “Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual” (GREEN, 2014, p. 182).

Esta segunda frase é muito bem observada por Green em seu livro. O autor cita a inclusão de gênero na faixa, pouco comum para a época, além de uma reivindicação inédita até o momento, que, segundo Green (2014, p.182), levava “a sério a orientação do jornal *Lampião* sobre sair do gueto”. A participação deste setor

<sup>7</sup> <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

do movimento LGBTQ+ marca o engajamento dos homossexuais na luta contra a ditadura.

FIGURA 04 - A faixa carregada pelo grupo SOMOS no Primeiro de maio de 1980



Fonte: Carta Capital online<sup>8</sup>

## 2.2 O Lampião no seu tempo

Como dito no início do capítulo, o Brasil passava desde 1974 pela chamada abertura política e transição democrática, que segundo Daniel Aarão Reis (2013), só foi acabar em 1988 com a criação da nova Constituição, aprovada por pessoas eleitas pelo povo. Porém, como foram pensadas as questões dos homossexuais nesta abertura e qual o papel do *Lampião* nisto? Essas perguntas são facilmente respondidas dentro do editorial de nº 23 do jornal, p.2.

Publicado em abril de 1980 e com título “Esquerda, direita, um dois, João Carneiro, membro no grupo SOMOS no Rio de Janeiro, deixa clara sua indignação com o momento político para os homossexuais. Segundo ele, para a esquerda eles eram vistos como fascistas e nojentos, para a direita eram “comunistas canibais a serviço de Moscou”, de acordo com o editorial de Carneiro (*Lampião da Esquina*,

<sup>8</sup> <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/homossexualidade-uma-ameaca-a-ditadura-6910.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.

1980a, editorial, p.2), e para os liberais centralistas, os homossexuais estavam espalhados entre direita e esquerda. Ele cita como cada movimento pensava na abertura, classificando tanto esquerda e direita como totalitarista, neofascista, neostalinista, herdeiros de Hitler, Mussolini, Franco, Salazar e Stalin, pois sabe que no final todos irão ou “fuzilá-los” ou “exilá-los”. Assim como os centralistas, que iriam lhes encaminhar para o gueto da pornografia e da prostituição. Por fim, deixa claro o que os homossexuais queriam:

A gente quer é mais. Muito mais. A gente quer é a Liberdade de viver, comer, trabalhar, descansar, morar, ter saúde, estudar, transar. A gente quer que todos sejam realmente iguais, verdadeiramente livres. A gente quer uma sociedade Igualitária, sem injustiças. A gente quer é poder ser humano. (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1980a, editorial, p. 2).

Questiona qual partido vai garantir as reivindicações acima, pois não vê perspectiva positiva em nenhum. Para a solução, dá duas opções: não entrar em luta partidária ou entrar em um partido, mas sem “dar pinta”, para não ser expulso. Pede para que ninguém entre em partido conservador, e informa, sem propagandas, que há um partido que aceita relativamente os homossexuais, o Partido dos Trabalhadores, na fonte citado como “o partido do macho Lula”, como Carneiro (1980b, p.2) aponta. A informação é dada com desdém pois, na edição nº 14 do *Lampião* (1979c, p.10), em julho de 1979, Lula deu uma entrevista dizendo não haver homossexuais no ABC, além de afirmar que feminismo é “coisa de quem não tem o que fazer”. Mas, como nem tudo são flores, os homossexuais só eram aceitos desde que fossem artísticos ou cultos.

Por fim, Carneiro pede que os homossexuais se unam nesta luta, e encoraja que:

Ao mesmo tempo que vamos combater para atingir a autêntica democracia, temos que lutar pela conscientização e afirmação da nossa opção homossexual; isso, só conseguiremos se houver união, se nos agruparmos, se a gente realizar um trabalho conjunto (LAMPIÃO DA ESQUINA, editorial, 1980a, p.2).



Quando li este primeiro editorial do *Lampião*, fiquei pensando sobre a luta do movimento LGBTQ+ ao longo das últimas décadas. Causou-me extrema estranheza perceber que algumas pautas ainda permanecem, que alguns tabus, já quebrados, retornaram nos últimos anos.

Obviamente não posso apenas pensar com pesar nessa trajetória e luta do movimento, muitas pautas foram conquistadas e muitos direitos e reconhecimento foram concedidos. A questão aqui é social. Como o Brasil, tanto de hoje, quanto da década de 1970, aceita e lida com os LGBTQ+?

Ao longo das leituras dos editoriais fica nítido o quanto, na época, a sociedade civil era o maior desafio da população LGBTQ+. Utilizando a polícia como arma (literalmente), as pessoas denunciavam transexuais e travestis que se prostituíam, denunciavam homossexuais, e queriam o afastamento deles da sociedade, como quando, em abril de 1980, de acordo com O Estado de São Paulo (1980, p.20), apoiaram com fervor as operações de limpeza propostas pelo delegado Paulo Boncristiano em parceria com o coronel da PM Sidney Gimenez Palácios, e executadas pelo delegado José Wilson Richetti em maio do mesmo, na cidade de São Paulo, como destaca o jornal (1980, p.9).

As propostas destes senhores eram compostas de:

Tirar os travestis das ruas de bairros estritamente residenciais; reforçar a Delegacia de Vadiagem do DEIC para aplicar o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais; destinar um prédio para recolher somente homossexuais; e abrir uma parte da cidade para fixá-los são alguns pontos do plano elaborado para combater de imediato os travestis, em São Paulo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1980, p.2).

Segundo James Green (2000), podia ser detida pela polícia, sob a “Lei de vadiagem” qualquer pessoa que não tivesse como provar residência ou trabalho fixo ou que promovesse quaisquer atividades proibidas por lei ou que ferissem a moral e os bons costumes. “Essas duas medidas legais deram à polícia o poder de encarcerar arbitrariamente os homossexuais que expressassem publicamente sua feminilidade, usassem roupas ou maquiagem feminina, ganhassem a vida através de prostituição, ou que usassem um cantinho escuro de uma praça pública para um encontro sexual noturno” (GREEN, 2000, p.277)

O prédio citado seria o presídio do Hipódromo (sim, um presídio), que desde uma rebelião estava desativado, como explanado por Ocanha (2014). Hoje, este

espaço consta em uma das recomendações de espaços de memória do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade<sup>10</sup>.

A edição número 02 do *Lampião* traz um assunto que pensei que não retornaria, ao menos não com a repercussão e no âmbito que teve: homossexualidade como doença. Apenas 6 anos após a escrita deste editorial, em 1985, é que o Conselho Federal de Medicina (CFM) retirou o “homossexualismo”<sup>11</sup> da lista de transtornos, em 17 de maio de 1990 foi a vez da Organização Mundial da Saúde (OMS), que excluiu a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID 10).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) só foi se pronunciar 9 anos após, em 1999, quando estabeleceu normas éticas para a atuação dos profissionais da área quanto à orientação sexual e vedou os psicólogos a incentivarem ou proporem qualquer tratamento ou ação a favor de uma prática que indicasse a homossexualidade como patologia.

De acordo com a edição 02 do *Lampião*, a medicina costuma tratar os “pacientes” com hormônios no qual eles estivessem com deficiência, logo, hormônios masculinos aos homens e femininos as mulheres. O “tratamento”, contudo, fazia efeito contrário, pois ao invés de suprir a deficiência hormonal, aumentava o desejo sexual das pessoas. Outro tipo de tratamento praticado, porém voltado à psicologia, era o da repulsão sexual por meio de choque elétrico. Basicamente, a pessoa era estimulada sexualmente por alguém do mesmo sexo que ela e, quando estivesse sexualmente estimulada, levava choques nos órgãos genitais. Este método de reversão, obviamente, não funcionava da forma como era esperada pelos “doutores”, já que levava os pacientes à impotência, e não a repulsão sexual.

Segundo Daniela Arbex em seu livro *Holocausto Brasileiro*, o que também ocorria na época era encaminhar os homossexuais aos chamados “manicômios” ou “hospitais colônia”, para onde eram encaminhadas todas as pessoas que fugiam à normalidade, logo, vinculava-se homossexualidade à loucura, e que deveria ser “tratada” como tal. Os homossexuais eram tratados da mesma forma precária que

---

<sup>10</sup> Comissão Nacional da Verdade - Relatório – Volume II - Textos Temáticos - Dezembro de 2014 – p. 310

<sup>11</sup> A mudança do termo homossexualismo para homossexualidade se deu por conta do sufixo “ismo” remeter a doença. Desta forma, o “ser homossexual” deixa de ser doença e passa a ser orientação sexual.

pacientes com doenças mentais reais, ou apenas julgadas como “loucas” ou “anormais” pela sociedade, tratamentos que iam de choques elétricos que faziam a cidade de Barbacena, por exemplo, ter queda de energia, como remédios sem prescrição e dosagem correta, até lobotomia.

Até então, a homossexualidade era vista como um problema psicológico, um desajuste nos chamados “centros andrógenos”. Darcy Penteadó explica:

É possível que o ser humano, em sua origem mais primária tenha sido bissexuado porque os dois órgãos sexuais, masculino e feminino, em suas partes periféricas são dotados de predisposição bissexual. O mesmo deve então acontecer em sua parte central, isto é, no cérebro, contendo centros masculinos e femininos responsáveis pelo gênero de atuação sexual. A homossexualidade resultaria então da predominância do centro errado, isto é, do sexo oposto (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978b, editorial, p.2).

Todavia, a teoria cai por terra, uma vez que, de acordo com Penteadó, se encaixaria mais em uma definição de transexualidade do que de homossexualidade, já que homossexualidade nada tem a ver com “erro no centro de atuação sexual” e sim, com atração sexual por outro alguém de mesmo sexo. Já a transexualidade se encaixaria nesta definição, uma vez que este “erro” levaria a pessoa a querer ser do sexo oposto ao seu nascimento.

Desta forma, não foram conclusivas as teses acerca do que seria a homossexualidade: algo psicológico ou hormonal, porém, Darcy conclui que homossexualidade nada mais é do que uma condição humana, e que a tolerância já não era, e não é, suficiente para a comunidade LGBTQ+. Segundo Penteadó:

Os psiquiatras modernos, na impossibilidade de curar (?), trabalham no sentido de ajustar os pacientes à sua homossexualidade, o que já é tarefa difícil, considerado as barreiras da sociedade de predominância heterossexual, que tem obrigado o homossexual a viver em mutismo a sua verdade, o circunscritou aos limites do “gueto” da tolerância coletiva. Por essa razão a maioria dos homossexuais tem desejado ser “normal” e durante toda a vida recalca e esconde seus sentimentos verdadeiros, numa tentativa de condicionamento nessa “normalidade” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978b, editorial, p.2).

Atualmente, voltou-se a falar de homossexualidade como algo que precisa ser curado, como algo que precisa ser revertido ou reorientado. Em 15 de setembro de 2017, a Justiça Federal do Distrito Federal concedeu uma liminar, que, segundo títulos da Folha de São Paulo, Veja e a edição do Jornal Nacional (Rede Globo),

“permite que psicólogos possam tratar a homossexualidade como doença” (JORNAL NACIONAL, 2017).

Devido a manchetes assim, sensacionalistas, logo vinculou-se pelas mídias e redes sociais uma ideia de homossexualidade como patologia, ideia essa propagada em décadas como as que o *Lampião da Esquina* circulava pelas ruas cariocas. Com isso, o Conselho Federal de Psicologia vê-se diante de um ideário histórico que a população tem a respeito da homossexualidade como doença, embora, como dito anteriormente, órgãos como a OMS, o CFM e o CFP já tenham excluído homossexualidade de suas listas há, no mínimo, 18 anos.

O assunto “cura-gay” não é tão recente quanto parece, já que em 1978 o assunto era comentado. Assustadoramente, as ideias apontadas por Penteado são as mesmas trazidas na liminar concedida em setembro de 2017. Isso deixa ainda mais evidenciado o quanto a História é cíclica e as pautas de luta nunca se findam realmente.

A liminar concedida, no entanto, não propõe uma “cura gay”, mas uma reorientação sexual ou reversão sexual, a qual poderia ser oferecida pelos psicólogos dispostos. Assim, fica clara sua intenção de enfraquecer a Resolução 01/99 pela disputa de sua interpretação, como o próprio CFP aponta, já que até agora outras tentativas de sustar a norma, inclusive por meio de lei federal, não obtiveram sucesso.

O Judiciário se equivoca, neste caso, ao desconsiderar a diretriz ética que embasa a resolução, que é reconhecer como legítimas as orientações sexuais não heteronormativas, sem as criminalizar ou patologizar. A decisão do juiz, valendo-se dos manuais psiquiátricos, reintroduz a perspectiva patologizante, ferindo o cerne da Resolução 01/99. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017b).

Em suma, segundo as fontes jornalísticas acima citadas, a liminar propõe que pessoas homossexuais tenham liberdade de procurarem psicólogos para lhes reorientarem ou reverterem sexualmente, e, ainda segundo as fontes, o que será feito é o tratamento da egodistonia, termo que caracteriza uma pessoa que tem ciência da sua orientação sexual, mas que por motivos psicológicos ou comportamentais deseja alterá-la.

É importante apontar que um processo de alienação referente ao assunto, e expedido através das mídias e redes sociais, não tem impedido que o Conselho

Federal de Psicologia receba sustentação para que sua resolução promulgada não seja dissipada.

Em 28 de setembro de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) emitiu uma nota de apoio ao CFP dizendo que “o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da Seção Judiciária do Distrito Federal, em decisão liminar, mesmo afirmando manter a integralidade da Resolução nº 01/99 do Conselho Federal de Psicologia, *obriga o CFP a interpretá-la de forma a não proibir que psicólogas(os) façam atendimento de reorientação sexual, o que na prática garante a utilização da chamada “cura gay”*”.

Ao longo do esclarecimento quanto à sua posição, o CNDH aponta as medidas determinantes quanto ao assunto que viola não apenas a resolução do CFP, mas a retirada da homossexualidade do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, por parte da Associação Americana de Psiquiatria em 1973.

A resolução da Associação Brasileira de Psiquiatria em 1989, que aprova a resolução que diz que “a homossexualidade não implica prejuízo do raciocínio, estabilidade e confiabilidade ou aptidões sociais e vocacionais, opõem-se a toda discriminação e preconceito contra os homossexuais de ambos os sexos”.

A decisão da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), que em 2012 decretou que “serviços e clínicas que se propõem a “curar” homossexuais carecem de justificativa médica e representam uma grave ameaça à saúde e ao bem-estar das pessoas afetadas, já que a homossexualidade não é um transtorno nem requer cura. Em consequência, não existe indicação médica para a mudança de orientação sexual”.

Assim como as decisões da OMS e do Conselho Federal de Medicina, como citados anteriormente, que respaldam a decisão do CNDH em apoiar a Resolução nº 01/99 do Conselho Federal de Psicologia que, ao longo de seus mais de 18 anos de vigência vem corretamente orientando a prática profissional no campo das sexualidades do ponto de vista ético, técnico e científico.”

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos também destaca que “o uso da “cura gay” se configura como uma prática que reforça estigmas e aumenta o sofrimento dos que a ela são submetidos. Por tudo isso, configuram-se essas práticas formas de afronta aos direitos humanos”.

Este suporte que o CFP recebeu, também se dá em relação à contradição que a liminar apresenta, já que diz que manterá a norma, embora seu objetivo seja viabilizar práticas de reorientação sexual.

Como Paulo Maldos, representante do CFP, manifestou-se em notícia na página oficial do Conselho, no dia 02 de outubro de 2017, a preocupação estende-se não apenas para o enfraquecimento da resolução, mas à rede de clínicas que já estão fazendo propagandas nas redes sociais, patologizando e gerando ainda "mais sofrimento à uma população já estigmatizada", como o próprio assinala. "O CFP defende a resolução como instrumento de combate ao preconceito, à discriminação e de preservação da vida e da integridade das pessoas."

O CFP lembrou, ainda, os impactos positivos que a Resolução 01/99 produz no enfrentamento aos preconceitos e na proteção dos direitos da população LGBT no contexto social brasileiro, que apresenta altos índices de violência e mortes por LGBTfobia. A estatística aponta que, somente no ano de 2016, foram registrados 343 homicídios motivados por preconceito contra pessoas LGBT. (CONSELHO FEDERAL, 2017a).

Somado à essa problemática, tem-se o apontamento feito pela liminar referente ao âmbito de pesquisas científicas na área da sexualidade, dizendo que há proibição das mesmas pela Resolução 01/99, o qual o CFP refuta com veemência:

Esse argumento não tem qualquer sustentação tendo em vista que o CFP, assim como todos os conselhos profissionais, não tem a competência de regular pesquisas científicas. Essa prerrogativa cabe à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, por meio da Resolução 466/2012. Cabe ressaltar que o vocábulo "pesquisa" sequer é citado no texto da resolução. (CONSELHO FEDERAL, 2017a).

Além do auxílio que o CNDH tem oferecido, o CFP também recebe apoio de outras instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que aponta, em defesa da Resolução 01/99, que o meio processual utilizado foi inadequado, bem como que já houve julgamento da resolução em segunda instância por duas vezes, o que dá legitimidade ao CFP para dispor-se sobre o tema, além de ressaltar que a decisão do juiz é contraditória.

Portanto, suster-se às notícias divulgadas em grande escala, e sem a confirmação de sua veracidade, principalmente a respeito de uma concepção que mundialmente é inaceitável há mais de 25 anos, nacionalmente, no âmbito médico há 32 anos, e no campo psicológico há 18 anos, pode gerar julgamentos errôneos e

reforçar comportamentos conservadores que várias ideologias atuais tentam dissipar e modificar.

Até o momento nada mais foi dito sobre a liminar, tanto no site oficial do CFP quanto em outros meios de comunicação. Isso mostra, mais uma vez, o descaso com e a falta de interesse sobre esta questão para a justiça brasileira.

### **3.2 A transição de “Movimento Gay” para LGBTQ+**

Luana Molina (2011) indica que o termo homossexualidade foi utilizado pela primeira vez no Brasil no ano de 1894 no livro: *Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*, de Francisco José Viveiros de Castro, professor de Criminologia da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e desembargador da corte de Apelação do Distrito Federal.

De acordo com a autora (MOLINA, 2011, p.21), "o termo passou a designar uma pessoa distinta" e apenas "após a consolidação das sociedades industrializadas ocidentais", o termo torna-se "o oposto em relação à heterossexualidade".

É, contudo, no contexto após a Segunda Guerra Mundial, durante os anos 60, que há a organização do primeiro movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (GLBTT), como indica Molina.

Regina Facchini (2010) aponta o surgimento do movimento homossexual, entendido como um conjunto de indivíduos que se reconheçam a partir de qualquer uma das identidades sexuais tomadas como sujeito do movimento, na segunda metade dos anos 1970. Este período corresponde ao período de "abertura" política, como salienta a autora (p.84), "e foi registrado pela maior parte da bibliografia disponível sobre o tema."

Nesse momento, as iniciativas estiveram bastante concentradas no eixo Rio-São Paulo, eram fortemente marcadas por um caráter antiautoritário e comunitarista, pela relação com propostas de transformação para o conjunto da sociedade e foram tratadas pela bibliografia sobre movimentos sociais a partir do enquadramento entre os movimentos então chamados de "alternativos" ou "libertários". Esse primeiro momento encerra-se nos últimos anos da primeira metade dos anos 1980, o que coincide com a retomada do regime democrático e o surgimento da AIDS, então chamada de "peste gay". O período que se segue e compreende o restante da década de 1980 foi bem pouco tratado pela bibliografia específica, tendo sido anunciado como correspondendo a um "declínio" do movimento. (FACCHINI, 2010, p. 84)

Molina (2011, p.24) ressalta que o período após a ditadura militar (fim da década de 1970 e início da de 1980) constrói uma visibilidade para os movimentos gays, "principalmente, em decorrência da imprensa escrita no Brasil, com o jornal *Lampião da Esquina*, editado por um grupo de intelectuais homossexuais, publicado pela primeira vez em abril de 1978, na cidade do Rio de Janeiro, que foi a primeira a apresentar-se como porta-voz do movimento".

"A fundação do primeiro grupo reconhecido na bibliografia como tendo uma proposta de politização da questão da homossexualidade, o SOMOS, de São Paulo, ocorreu em 1978", de acordo com Facchini (2010, p.86).

Em 1980 ocorria, de 4 a 6 de abril, na cidade de São Paulo, o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) que foi fechado para grupos homossexuais e seus convidados, e o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO). (...) Nesse mesmo ano, em maio, ocorrem também dois "rachas" no SOMOS, dividindo-o em três grupos: o SOMOS, o Grupo Lésbico-Feminista, posteriormente rebatizado de Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) e o Grupo de Ação Homossexualista, posteriormente rebatizado de Outra Coisa (FACCHINI, 2010, p.93).

Os anos 1980 é um período marcado pelo fim do *Lampião da Esquina*, em 1981, como indica Facchini, bem como o encerramento das atividades do grupo SOMOS, em 1983, mas, principalmente, pelo advento do vírus HIV.

Ante a exigência de se organizar contra a doença, os movimentos gays reafirmaram a importância da educação como a melhor arma nessa guerra sem tréguas, dando origem a diferentes cursos de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/AIDS, assim como trabalhos e projetos de assistência a pessoas infectadas pelo HIV. (FERRARI, 2004, p. 106-107).

A partir da Aids, Molina (2011, p.25) argumenta a respeito da necessidade que a sociedade defronta em discutir a sexualidade, já que houve um espaço para a visibilidade homossexual a partir da doença, sendo "uma das principais responsáveis pela força com que esse movimento (re)emergiu na década de 90 do séc. passado".

Em 1997, a autora assinala que houve espaço para a ocorrência da primeira Parada do Orgulho GLBTT, a qual aconteceu na cidade de São Paulo, com a participação de duas mil pessoas.

Tal visibilidade, bem como a necessidade de se repensar a construção da homossexualidade, de acordo com Ferrari (2004, p. 109), "envolve questões ligadas à justiça, à liberdade, à fraternidade, enfim, lutas que são comuns a vários grupos e povos com realidades locais e lutas muito próprias".

O grupo SOMOS e o *Lampião da Esquina*, como Facchini acentua, questionavam o uso da palavra "gay", dando preferência para os termos "bicha" ou "guei", de forma que se pudesse afastar o movimento brasileiro do movimento norte-americano, assim como vemos atualmente com a teoria Queer<sup>12</sup>, apropriada no Brasil por intelectuais com "teoria cu" e na América Latina como "teoria cuir".

Molina (2011) destaca que é na metade dos anos 90, a partir dos movimentos sociais e da discussão sobre identidades sexuais e de gênero, que há a introdução da identidade GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Contudo, a ideia do "simpatizante" confere um resultado contrário ao esperado, pois o termo acaba tirando a visibilidade social ao permitir um sentido de "enrustido(a)" a tais simpatizantes.

Em 1998, como a autora expõe, através dos intercâmbios de militantes do movimento homossexual brasileiro com os internacionais, acaba-se a adotando a sigla GLBT, a qual visa abranger os gays, lésbicas e bissexuais e transgêneros.

O entendimento do cotidiano, das identidades e das diferenças, como construção social, histórica e cultural, parece contribuir para a elaboração de projetos de emancipação, que serão construídos no presente a partir dos inconformismos do passado e com a perspectiva do pensamento das opções do futuro. Percebe-se, então, que muitos estudiosos e documentos oficiais utilizam essa nova nomenclatura de muitas maneiras diferenciadas, como: GLTB, GLBTT, LGTB, entre outros, de maneira que expressam a possibilidade de integração de outras identidades sociais, a partir do momento em que pessoas se manifestem e exijam seu reconhecimento (MOLINA, 2011, p.27).

Com o intuito de "reconhecer a atuação e privilegiar as identidades lésbicas como uma forma de reparação ou de reconhecimento do processo histórico de invisibilidade ao qual foram submetidas", a autora (p.27) indica que foi na I Conferência Nacional de Políticas Públicas, em 2008, que houve a discussão da sigla GLBT para LGBT, de forma a adotar o mesmo termo que o cenário internacional.

Pessoas gays, lésbicas, bissexuais, transgêneras, travestis, transexuais e de tantas outras expressões de sexualidade e identidade de gênero não são marginalizadas ou expostas à violência gratuita, física ou simbólica, por serem ou estarem desprovidas de qualquer bem material, mas por manifestarem identidade e expressão de gênero, orientação sexual e comportamentos sexuais dissonantes daqueles entendidos como "natural"

---

<sup>12</sup> "A teoria Queer empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias [de gênero], afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e 'generificadas'". (SALIH, 2016, p. 19)

ou “normal”; (...) As pessoas que se enquadram nesse leque multicolor de minorias sexuais não são estimadas, valorizadas, tidas como iguais pela sociedade, não são reconhecidas. Logo, sua inserção no meio social não é efetivada de forma justa quando estes adquirem determinados bens, mas a partir do momento em que o meio jurídico garante a efetividade dos seus direitos, fato que implicará tanto em consequências no meio social, que a partir de então os imputa estima e valor, quanto efeitos positivos na esfera do amor, estipulando novos paradigmas no trato familiar para pessoas LGBT+ (DE MORAES, 2017, p. 272).

Nos últimos anos, viu-se ascender na sociedade brasileira, como reverberação dos embates internacionais, o debate acerca das pautas e bandeiras do grupo LGBT, o qual agora classifica-se também com o símbolo +, de forma a indicar a pluralidade das expressões sexuais.

"Historicamente marginalizada", como indica De Moraes (2017, p. 272), "tal população tem se levantado e se organizado perante o ordenamento e a sociedade a fim de terem seus direitos e valor respeitados e garantidos".

Por fim, todo o desenvolvimento histórico dos movimentos homossexuais, os estudos referentes à temática, as políticas públicas e a busca incessante pelo avanço de leis e direitos da população que abrangem toda a diversidade sexual, na sua construção de amor e amizade, mostram-nos uma luta incessante pelo fim da discriminação e do preconceito, ou seja, uma luta contra a tão arraigada homofobia presente, visível e invisivelmente, na nossa sociedade (Molina, 2011, p.31).

Este apontamento final da autora sintetiza a opinião do *Lampião da Esquina* em vários editais iniciais, como o de janeiro de 1979 (Edição 08), o qual aponta que a “marcha Guei” do ano seguinte significaria um marco para menos silêncio, medo e invisibilidade como era visto naquele momento. Contudo, é visível na atualidade que o medo ainda não foi excluído quando refere-se aos LGBTQ+, embora o silêncio e a invisibilidade têm decaído cada vez mais, apesar da lentidão que já leva quase 4 décadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O *Lampião da Esquina* nos primeiros anos buscava denunciar nas páginas do tabloide as violências vividas pela comunidade LGBT+, porém, como citado por Ferreira (2010), nos anos finais o *Lampião* trazia assuntos mais polêmicos, como transexualidade, masturbação, sadomasoquismo e também ensaios sensuais.

Dessa forma, o questionamento que permanece é se essa mudança de discurso se deu pela abertura política proveniente do fim da ditadura ou pela mudança de postura pessoal dos editores.

Outro ponto surpreendente observado é o quão atual, por mais que a sociedade esteja em um processo de aceitação dos homossexuais, as pessoas transexuais e as/os travestis continuam marginalizados, e como as pessoas sem gênero definido não são nem consideradas. Além disso, é importante ressaltar que até o momento, a liminar sobre a “cura gay” ainda não foi revogada, e alguns psicólogos, assim como alguns membros da sociedade, acreditam que homossexualidade é passível de reversão.

Por fim, vale enfatizar que, dos trabalhos utilizados neste texto, grande parte utilizou o *Lampião* como fonte e, com isso, nota-se que há uma monumentalização do Jornal como fonte histórica para o assunto. Alegro-me, portanto, notar que a produção histórica sobre o assunto vem crescendo cada vez mais, como é o caso deste trabalho, que traz um uso diferente do *Lampião*, utilizando seus editoriais como fonte para enriquecer a historiografia.

## FONTES

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, ed.0, abr., 1978a. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: Set. 2017.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, ed.2, jun/jul., 1978b. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: Set. 2017.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, ed.10, maio, 1979a. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: Set. 2017.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, ed.12, mar., 1979b. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: Set. 2017.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, ed.14, jul., 1979c. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: Set. 2017.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, ed.23, abr., 1980a. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: Set. 2017.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, ed.28, set., 1980b. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: Set. 2017.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASSETTE, F. *Justiça permite tratar homossexualidade como doença*. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/brasil/justica-permite-tratar-homossexualidade-como-doenca/>>. Acesso em: 08/10/2017
- BUTLER, J. *"Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo"*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Em: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.
- CANCIAN, N. *Justiça concede liminar que permite tratar homossexualidade como doença*. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/09/1919516-justica-concede-liminar-que-permite-tratar-homossexualidade-como-doenca.shtml>>. Acesso em: 08 Out. 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Psicologia*. 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Conselho Federal de Psicologia interpõe agravo de instrumento contra liminar relacionada à Resolução 01/99*. 2017a. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/cndh-publica-nota-de-apoio-resolucao-cfp-0199>> Acesso em: Jun. 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução CFP 01/99 é mantida em decisão judicial*. 2017b. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/resolucao-cfp-0199-e-mantida-em-decisao-judicial/>> Acesso em: Jun. 2018.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH. *Nota de apoio à Resolução nº01/99 do Conselho Federal de Psicologia, de 28 de setembro de 2017*. Disponível em: <[http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/mocoos/20170928NotadeApoioaResolu01CFP\\_aprovada.pdf](http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/mocoos/20170928NotadeApoioaResolu01CFP_aprovada.pdf)>. Acesso em: Jun. 2018.
- DE MORAES, M. H. J. *O direito brasileiro e o reconhecimento da população LGBT+*. Revista dos Estudantes de Direito da UnB, n. 13, p. 262-280, 2017.
- FACCHINI, R. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Editora Garamond, 2005.
- FACCHINI, R. *Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico*. Cadernos AEL, v. 10, n. 18/19, p. 84-123, 2010.
- FERRARI, A. *Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo*. Revista Brasileira de Educação, v 25, p. 105-115, Jan /Fev /Mar /Abr, 2004.
- FERREIRA, C. *Imprensa Homossexual: surge o Lampião da Esquina*. Revista Alterjor, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-13, sep. 2012. ISSN 2176-1507. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88195>>. Acesso em: Jun. 2018.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso* (1996). São Paulo, Loyola, 2002.
- GREEN, J. *"Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis*. Cadernos Pagu (15) 2000: p.271-295.
- GREEN, J. O grupo SOMOS, a esquerda e a resistência à ditadura. Em: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. *Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: UFSCar, 2014, p. 177-200.
- JORNAL NACIONAL. *Justiça gera polêmica: permite tratar homossexualidade como doença*. 2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/09/justica-gera-polemica-permite-tratar-homossexualidade-como-doenca.html>>. Acesso em: Out. 2017.

JUSTIÇA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL. *Decisão liminar que abre a possibilidade de uso de terapias de reversão sexual*. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Decis%C3%A3o-Liminar-RES.-011.99-CFP.pdf>> Acesso em: Out. 2017.

MACRAE, E. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p.73-74.

MAGALHÃES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. *D.E.L.T.A.*, v. 21, n. especial, p.1-9, 2005.

MOLINA, L. Pluralizando a arte de amar: a homossexualidade e historiografia da trajetória do movimento homossexual. *MÉTIS: história & cultura*, v. 10, n. 20, p. 17-34, jul./dez. 2011.

NOGUEIRA, C. Análise do discurso. Em L. Almeida e E. Fernandes (Edts), *Métodos e técnicas de avaliação: contributos para a prática e investigação psicológicas*. Braga: CEEP, 2001.

**O ESTADO DE S. PAULO.** São Paulo, 01 abr. 1980. Pág. 20

OCANHA, R.F. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). Em: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. *Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: UFSCar, 2014, p. 149-175.

PERUZZO, C.M.K. *Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária*. – XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – Set/2006.

SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Autêntica, 2016.